

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.136 - SP (2019/0246795-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : ANA MARIA DE TOLEDO GOTTHEINER
ADVOGADOS : MARIA LUZIA LOPES DA SILVA - SP066809
FERNANDA VON BAUMGARTEN E OUTRO(S) - SP136886
AGRAVADO : CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS : RICARDO LUIZ DUARTE E OUTRO(S) - SP313377
JULIANO DOS SANTOS BIZIAK - SP319290

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA E NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL E PERICIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS (ART. 85, §11, CPC/2015).

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ANA MARIA DE TOLEDO GOTTHEINER em face de decisão que inadmitiu o recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AÇÃO DE COBRANÇA. COMPRA E VENDA DE PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO DE GADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. O JUIZ INDEFERIRÁ, EM DECISÃO FUNDAMENTADA, AS DILIGÊNCIAS INÚTEIS OU MERAMENTE PROTELATÓRIAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 370, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015. PROVA DOCUMENTAL INICIAL CONFUSA E IMPRESTÁVEL À PROVA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DA AUTORA, NOS TERMOS DO ART. 373, I, DO CPC/2015. IMPRESTABILIDADE DA PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. É INVIÁVEL A

ADOÇÃO DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS POR APRECIÇÃO EQUITATIVA (ART. 85, § 8º, DO CPC/2015) QUANDO VISLUMBRAR-SE PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL E NÃO IRRISÓRIO COM BASE NO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA. REGRA DE CARÁTER SUBSIDIÁRIO. REDUÇÃO, CONTUDO, DO PERCENTUAL A PATAMAR CONDIZENTE COM A BAIXA COMPLEXIDADE DO PROCESSO, JÁ CONSIDERADA A FASE RECURSAL (11% SOBRE O VALOR DA CAUSA). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ fl. 285).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 298-300).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, em síntese, que se configurou o cerceamento de defesa no caso, pois a produção de prova oral e pericial era imprescindível para a demonstração da ausência de entrega da totalidade dos produtos adquiridos, de forma que não poderia ter ocorrido o julgamento antecipado da demanda. Assevera, ainda, que o pedido de produção das provas não foi genérico e havia início de prova escrita, consistente no contrato que fora descumprido pela ré e na apresentação de notas fiscais que demonstram a aquisição do mesmo produto em diversas épocas.

Contrarrazões às fls. 470-479 (e-STJ).

Sobreveio juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 480-482), que inadmitiu o recurso especial, por considerar que incide o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça e que não foi demonstrada a divergência jurisprudencial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece acolhida.

Ocorre que a Corte estadual assim fundamentou a análise da controvérsia:

"De fato, o destinatário da prova é o processo, mas cabe ao juiz conduzir o processo e indeferir, de forma fundamentada, as diligências inúteis.

No caso, a sentença está devidamente fundamentada, nos termos do art. 370, parágrafo único, do CPC/2015, com relação ao julgamento antecipado do mérito e a

imprestabilidade das provas pretendidas pela autora:

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Entendeu o juiz ser desnecessária a exibição física dos documentos juntados pela ré em cartório, especialmente porque a autora deixou de arguir a falsidade, não se dando ao trabalho, inclusive, de expor os motivos pelos quais pretendeu a exibição. Nesse sentido:

“Ressalto que é inútil a exibição física dos originais dos documento sem cartório por ter a parte autora deixado de arguir a falsidade da forma prevista em lei e por não ter sequer se dado ao trabalho de expor os motivos em que se funda a sua "dúvida".

E, de fato, não há sentido algum na argumentação formulada pela autora, pois a mera alegação de dúvida quanto à veracidade dos documentos digitalizados não é suficiente para determinar a sua apresentação física em cartório pela parte adversa. Os documentos juntados, ao contrário da percepção da autora, não estão rasurados e são de fácil leitura por qualquer pessoa.

No tocante à ausência de menção às datas no documento, trata-se de matéria relacionada ao mérito da demanda.

Ainda, quanto ao pedido de produção de outras provas, como testemunhal e pericial, também são matérias que se confundem com o mérito da demanda e com este será analisado.

Dessa forma, sendo inútil a diligência e estando fundamentada a sentença, mostra-se inviável o reconhecimento de cerceamento de defesa.

Quanto ao pedido de reforma da sentença, também não merece acolhimento.

É incontroverso, nos autos, que as partes firmaram contrato de compra e venda de produtos para alimentação de gado, assim como mantinham relação continuada e anterior ao negócio em discussão na presente lide.

Nessa toada, argumenta a autora pelo inadimplemento da ré, ao passo que esta, por sua vez, relata ter adimplido com

sua obrigação, imputando à autora desorganização em sua gestão interna no controle de estoque de mercadorias.

A prova inicial, trazida pela autora, restringe-se à troca de e-mails entre as partes que, segundo se alega, seria suficiente para demonstrar o inadimplemento da ré. Entretanto, como bem pontuado na sentença, a inicial “apresenta contradições considerando que a fl. 05 a parte autora afirma que das 800 toneladas de milho moído a ré teria entregado apenas 62,4 toneladas, restando 737,6 para entrega e que a fl. 14 diz que a ré confirmou que das 800 toneladas de milho moído ainda restavam 500 toneladas para entrega, em e-mail datado de 29/12/2016.”. Ainda, a corroborar essa conclusão, a autora em 01/03/2016 solicitou relatório do saldo de polpa cítrica (fls. 11), mas a aquisição mencionada teria se dado em 26/10/2016, a demonstrar a fragilidade da prova documental trazida com a inicial.

Nessa toada, mostra-se compreensível o julgamento antecipado do mérito, pois não há viabilidade de produção de prova pericial sobre e-mails com informações contraditórias, e ausência de impugnação eficaz com relação aos documentos apresentados pela parte adversa.

No tocante ao pleito de produção de prova oral, também não se mostra justificado e nem útil ao processo, pois, como já pontuado, a autora não arguiu a falsidade dos documentos juntados em contestação. No mais, não se mostra viável a produção de prova oral para a prova de fato que demanda a existência de prova documental, especialmente pela complexidade dos números trazidos e do negócio entabulado entre as partes, como admitido pela própria autora em seu recurso.” (e-STJ fls. 287-289).

Da leitura das razões do recurso especial, verifica-se que a recorrente limitou-se a alegar que não era possível o julgamento antecipado da lide no caso sob apreciação e a reiterar a tese de cerceamento de defesa, em virtude da necessidade de produção de prova oral e pericial.

No entanto, a parte deixou de impugnar especificamente fundamentos que, por si sós, no entendimento do Tribunal de origem, são capazes de amparar a manutenção da conclusão alcançada no acórdão recorrido, quais sejam, os de que os e-mails apresentados como prova inicial contêm informações contraditórias e a autora não arguiu a falsidade dos documentos

juntados pela ré por ocasião do oferecimento de contestação.

Assim, tendo em vista a deficiência na fundamentação veiculada nas razões recursais, revelam-se aplicáveis ao caso, por analogia, as Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE DESPEJO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERIDOS.

1. É inadmissível o recurso especial quando as razões apresentadas se mostrarem dissociadas da matéria tratada pela decisão recorrida, não sendo impugnados fundamentos do acórdão que, por si sós, são suficientes para manter o inteiro teor do decisum. Aplicação, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF.

2. A reforma do julgado quanto a conclusão de não ter sido configurado cerceamento de defesa, ante o indeferimento da prova testemunhal demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 921.974/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016, g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO IMPUGNAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. SÚMULAS N°S 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REEXAME DE PROVAS. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULAS N°S 7 E 83 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

[...]

2. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula n° 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na

sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. *A reapreciação da conclusão do aresto impugnado encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

5. *Estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, incide o disposto na Súmula nº 83 desta Corte.*

6. *Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 717.435/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 11/12/2015, g.n.)

Ainda que assim não fosse, constata-se que seria necessário o reexame do acervo fático-probatório constante dos autos para que se procedesse à alteração das premissas fixadas pelo Tribunal de origem, no exercício do seu livre convencimento motivado, quanto à possibilidade de julgamento antecipado da lide no caso concreto, em face da inutilidade de produção das provas oral e pericial requeridas para a resolução da controvérsia, bem como da fragilidade e das contradições identificadas na prova documental apresentada com a petição inicial.

Aplicam-se, portanto, na espécie, os óbices da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, conforme destacado na decisão de admissibilidade.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados, *mutatis mutandis*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. DOIS RECURSOS PELAS MESMAS PARTES. NÃO CONHECIMENTO DA ÚLTIMA INSURGÊNCIA RECURSAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. SIMULAÇÃO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS.

[...]

2. De acordo com o art. 330, I, do CPC/1973 é facultado ao juízo proferir sentença, desde que não haja necessidade de produzir provas em audiência. Por sua vez, o art. 131 do CPC/1973, que trata do princípio da livre persuasão racional, estabelece que cabe ao magistrado avaliar as provas requeridas e rejeitar aquelas que protelariam o andamento do

processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual.

3. No caso, depreende-se que o Colegiado Estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial, ante o óbice do enunciado da Súmula 7 deste Tribunal. Sendo o magistrado o destinatário da prova, compete a ele o exame acerca da necessidade ou não da produção do aporte requerido.

[...]

5. Agravo interno de fls. 792-800 não provido e agravo interno de fls. 801-809 não conhecido .

(AgInt no AREsp 976.292/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PROCEDÊNCIA. DIVULGAÇÃO NA INTERNET DE IMAGENS PORNOGRÁFICAS FALSAMENTE ATRIBUÍDAS À PARTE AUTORA. PROCEDÊNCIA. APELO NOBRE. (1) RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. (2) DO JULGAMENTO EXTRA PETITA (ARTS. 458, II E II E 460 DO CPC. INOCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA À LUZ DOS FATOS NARRADOS NA INICIAL. (3) DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA (ARTS. 130 E 330, I, DO CPC). INOCORRÊNCIA. CAUSA MADURA. PRECEDENTES. [...]

[...]

3. A reforma do aresto quanto à inexistência de cerceamento do direito de defesa pelo julgamento antecipado da lide e pelo indeferimento de prova pericial, demandaria, necessariamente, o revolvimento do complexo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ.

[...]

8. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 699.388/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016)

Por fim, considerando-se que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º

07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 11% (onze por cento) sobre o valor atualizado da causa (e-STJ fl. 290), em benefício do patrono da parte recorrida, é medida adequada ao caso a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Ante o exposto, com base no art. 253, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial, com majoração de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator